



**Ministério Público Federal**  
**Procuradoria da República no Rio Grande do Norte**  
**Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão**

**P O R T A R I A N.º 081/2011 – R S C F / P R – R N, DE 1º DE AGOSTO DE 2011.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no art. 127 e 129, ambos da Carta Magna, bem como nas disposições da Lei Complementar nº. 75/93 e da Resolução-CSMPF nº. 87/2006, alterada pela Resolução-CSMPF nº. 106/2010, e

**CONSIDERANDO** que tramita perante esta Procuradoria da República no Rio Grande do Norte a Peça de Informação autuada sob o nº. 1.28.000.000348/2009-15, cujo objeto consiste em apurar possível irregularidade na cobrança de taxa referente aos processos de registro de diplomas de cursos de graduação realizados pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

**CONSIDERANDO** que, nos termos da Resolução-CSMPF nº. 106/2010, o procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável;

**CONSIDERANDO** que, vencido esse prazo, o membro do Ministério Público Federal promoverá o arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou converterá o procedimento em inquérito civil (§ 4º do art. 4º da Resolução supramencionada);

**CONSIDERANDO** que, nestes autos, o prazo para conclusão encontra-se expirado, havendo necessidade de se prosseguir na

**Ministério Público Federal**

**Procuradoria da República no Rio Grande do Norte**

**Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão**

instrução do feito, com realização de outras diligências para o perfeito deslinde da questão;

**RESOLVE INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL** para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos suprarreferidos, determinando sejam adotadas as seguintes providências: 1ª) encaminhem-se os autos à COORJU, para fins de registro e reatuação, fazendo-se constar como interessado(a)(s) a FACULDADE DE CIÊNCIAS, CULTURA E EXTENSÃO DO RN - FACEX; 2ª) fica designado(a) o(a) Técnico(a) Administrativo(a) lotado(a) junto a este Gabinete para secretariar o presente inquérito.

Por fim, publique-se a presente portaria no *site* da PR/RN, bem como no Diário Oficial da União, nos termos do art. 16, § 1º, inciso I, da Resolução-CSMPF n.º 87/06, encaminhando-se, para tanto, cópia da presente portaria à **1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - 1ª CCR/MPF** (ordem jurídica – matéria constitucional e infraconstitucional).

Cumpra-se. Posteriormente, proceda-se à conclusão.

Natal (RN), 1º de agosto de 2011.

**Ronaldo Sérgio Chaves Fernandes**  
Procurador da República